

Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Código da Oferta na BEP - OE202409/0870

Ref. 11/2024 – Divisão de Obras Municipais

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 90 minutos, com tolerância de 30 minutos.

Será composta por:

- Grupo I – 6 questões de escolha múltipla (1 valor cada)
- Grupo II – 8 questões de resposta direta (1 valor cada)
- Grupo III – 2 questões de desenvolvimento (3 valores cada)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte:

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação – Código do Procedimento Administrativo (Parte I – Capítulo II – Princípios Gerais da Atividade Administrativa; Parte III – Título I – Capítulo V – Dos Prazos; Parte III – Título II – Capítulo II – Secção IV – Da Audiência dos Interessados);
- Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 106, de 3 de junho de 2024;
- Manual ITED (4.ª edição) – Prescrições e especificações técnicas das infraestruturas de telecomunicações em edifícios;

- Manual ITUR (2.^a edição) – Prescrições e especificações técnicas das infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjuntos de edifícios;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, na sua atual redação – Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE);
- Portaria n.º 949-A/2006, de 11 de setembro, na sua atual redação – Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação – Código dos Contratos Públicos;
- Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, na sua atual redação – Regime das instalações elétricas particulares;
- Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro – Requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios;
- Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, na sua atual redação – Estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional;
- Coleção de Guias “10 Soluções de Eficiência Energética”.

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta de legislação simples (não comentada/anotada), devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia da mesma.